



Covre: a população deve ser conscientizada para participar

Covre propõe soluções para finanças municipais

Notabilizado pelo êxito da experiência administrativa realizada em seu Município, onde reformulou a estrutura do poder municipal assentando-a em bases comunitárias, o prefeito de Boa Esperança, Amaro Covre participou do Congresso de Municípios realizado essa semana em Jacaraípe com uma proposta de revitalização financeira dos municípios, expondo uma tese onde discrimina as medidas que deveriam ser adotadas nesse sentido.

O prefeito, que se irritou com o caráter turístico assumido pelo conclave, devido a omissão de alguns integrantes das comissões técnicas, chegou a retirar seu projeto, reapresentando-o em seguida. Nele, Covre aponta soluções que se apoiam essencialmente na redistribuição da receita da União e dos Estados realizada pelo Município e inclui uma proposta de mobilização de todos os prefeitos com o objetivo de exercer maior pressão sobre os membros do Congresso Nacional para a defesa de matérias que postulam maior participação dos municípios na renda tributária.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Amaro Covre enumera primeiramente a "má distribuição de ICM pelo Estado, afirmando que de tal arrecadação 20% são entregues aos municípios, segundo seu índice de participação.

— Neste ICM que serve de base ao cálculo dos 20% — acrescenta — o governo não distribui a parcela correspondente à correção monetária e juros incidentes sobre o ICM, na cobrança de débitos em atraso. Desta forma, o estado recebe o imposto atualizado e o Município o recebe desvalorizado.

Sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, cuja competência era dos municípios e depois passou ao domínio do Estado, Covre afirma que isto "é mais uma prova da injustiça que sofremos, pois o Município constrói estradas, pontes e bueiros, leva escola, assistência médica e social para os centros urbanos e interior, valoriza as propriedades para depois, na transmissão desses bens, o Estado vir e recolher todo o imposto, sem dividir ao menos com o Município que o valorizou. Devemos unir nossos esforços no sentido de conseguirmos a competência de arrecadar este imposto.

a Contag Cr\$ 48,32, a Contribuição Parafiscal fica em Cr\$ 209,46, ficando destinados Cr\$ 230,20 ao CNA e Cr\$ 138,55 à taxa de cadastro.

Já em propriedades de 76,6 ha — imposto de Cr\$ 603,00 — fica para os cofres da Prefeitura um total de Cr\$ 65,21, nada para a Contag, Cr\$ 169,45 de contribuição fiscal, enquanto o CNA recolhe Cr\$ 230,20 e a taxa de cadastro atinge a Cr\$ 128,14.

PARCELA DO INCRÁ

Segundo Amaro Covre, "também a fração mínima de parcelamento do Ingra tem que ser reduzida de 15 ha para 5 ha, pois existem inúmeros meeiros em condições financeiras de adquirirem terras para cultivo e não podem fazê-lo devido a fração mínima ser muito elevada.

— Isto viria tornar produtivas grandes áreas ociosas e propiciar ao proprietário ter em mãos suas escrituras, para se habilitar a empréstimos e outros incentivos. Assim, o meeiro continuaria meeiro até a sua propriedade começar a produzir, aproveitando os meses de ociosidade na propriedade do patrão, para se dedicar à sua própria terra — acentua Covre — garantindo que "este critério atual de fração mínima está enfraquecendo cada vez mais os municípios.

FISCALIZAÇÃO FRACA

— Segundo pudemos observar em nosso Município e municípios vizinhos do Norte do Estado, as mercadorias (gado, madeira, café, farinha) saem de suas origens e descarregam dentro de Vitória ou na Bahia totalmente desacompanhadas de documentos fiscais e, quando estes existem, acobertam carregamentos de um mês inteiro. Desta forma, pedimos maior rigor na fiscalização dos produtos em trânsito, para sustarmos a evasão de nossas rendas — salientou.

CONCENTRAÇÃO DE RENDAS

Na opinião do prefeito de Boa Esperança no Brasil há uma má distribuição de rendas, sendo que elas se canalizam sempre para as mesmas mãos. Disse que "tamém no Espírito Santo isto vem acontecendo, ficando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres".

e burocracia, leva escola, assistência médica e social para os centros urbanos e interior, valoriza as propriedades para depois, na transmissão desses bens, o Estado vir e recolher todo o imposto, sem dividir ao menos com o Município que o valorizou. Devemos unir nossos esforços no sentido de conseguirmos a competência de arrecadar este imposto.

E prossegue: "Há no Congresso uma proposta do senador Affonso Camargo que visa transferir esta competência dos municípios. É dever nosso apelarmos para nossos representantes no Congresso, para que dêem cobertura a esta nobre proposta".

PARTICIPAÇÕES

O prefeito de Boa Esperança disse que "há também em tramitação no Congresso uma outra proposta do mesmo senador, que eleva de 9 para 12% a participação no Fundo de participação dos municípios e de 40 para 60% a participação no Imposto sobre lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (Fundo Rodoviário Nacional).

Sobre a questão o prefeito de Boa Esperança observou, que pedirá "a todos os participantes que procurem seus representantes no Congresso para que este projeto se torne realidade, pois, só assim os municípios poderão ver dias melhores".

— Este aumento de participação — diz Covre — é necessário para podermos suportar os encargos que são impostos aos municípios, quer na parte referente ao atendimento policial, à manutenção de foruns, aluguéis de prédios para Emater-ES, Geofa, Detran, posto telefônico e outros.

Para Covre tal participação abrange ainda o "atendimento pela Prefeitura de beneficiários do INPS e Funrural, tais como atendimento médico-hospitalar, medicamentos e transporte para outros centros de maior recurso. Essas entidades recebem a contribuição dos beneficiários e empurram o atendimento para as prefeituras, que já estão carentes de recursos".

OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS

— Queremos fazer um apelo à Secretaria de Estado da Fazenda para que estude um método mais eficiente para a apresentação das declarações das operações tributáveis, uma vez que há contribuintes que não apresentam declarações e são apenas punidos com uma irrisória multa de cinco unidades padrão fiscal do Estado do Espírito Santo — frisou Covre, acrescentando que "desta forma o Município é lesado em todas as operações dessas firmas, que, se apresentadas, poderiam levar o índice de participação".

— Para simplificar e se ter certeza da honestidade das declarações das operações realizadas por produtores rurais — exemplifica o representante de Boa Esperança — o Estado deveria suprimir do formulário a parte referente à declaração de produtos oriundos de outros municípios e determinar que este levantamento fosse realizado pelas agências da Fazenda Estadual. Quanto às firmas omissas, deveriam os municípios impetrar mandado de segurança para que as mesmas indenizassem os prejuízos causados com suas omissões.

IMPOSTO TERRITORIAL

Considerando a "má distribuição do Imposto Territorial Rural", Amaro Covre afirmou que "este imposto deverá sofrer alteração em seu critério de distribuição".

Assinalou que "o povo pensa que o Imposto Territorial Rural retorna ao Município na base de 80% do que pagou, mas esta não é a realidade. A CNA, a Contag e a Contribuição Para-fiscal levam quase toda a soma. Em contrapartida, o que toca ao Município não dá para pagar o aluguel do cômodo e funcionário para atendimento ao contribuinte".

Para ilustrar sua declaração, Amaro Covre indica que, nas propriedades de 5 hectares o valor do imposto é de Cr\$ 199,00, sendo que a Contag auferir Cr\$ 163,58, a taxa de cadastro fica em Cr\$ 35,42 e a Prefeitura nada recebe.

No caso de propriedades de 97,8 ha — imposto de Cr\$ 770,00 — a Prefeitura recolhe Cr\$ 143,47.

Na opinião do prefeito de Boa Esperança no Brasil há uma má distribuição de rendas, sendo que elas se canalizam sempre para as mesmas mãos. Disse que "também no Espírito Santo isto vem acontecendo, ficando os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres".

Aproveitando-se deste exemplo, Covre destacou que os "incentivos do DL-880 também estão concentrados nas mãos de poucas firmas ou pessoas, e essas firmas cada dia mais ricas e prósperas e as médias e pequenas a cada dia mais pobres".

Conforme o raciocínio do prefeito também os "municípios ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, em virtude do pecaminoso critério de distribuição do ICM, em consequência da concentração das grandes indústrias e casas comerciais".

— Para os municípios pobres — exemplifica — a cada dia é menos viável para empresários e comerciantes a instalação de indústrias, comércio de materiais de construção, eletro-domésticos, elétricos, veículos e outros, tendo a população que suprir suas necessidades nos municípios ricos, deixando lá todo o resultado de seu suor.

— Isto está errado, pois, na época da apresentação das declarações tributárias, deveria computar aos municípios consumidores a circulação destinada pela venda de um produto aos consumidores dos municípios e somente as mercadorias vendidas, seriam computadas aos municípios onde se concentram as grandes empresas — acentuou Covre.

FALTA DE PLANEJAMENTO

Relembrando que "a cada direito corresponde um dever" e que "quem não cumpre seus deveres não pode exigir direitos", Amaro Covre ressalta: "devemos encarar de frente que a causa de empobrecimento não é só os encargos atribuídos aos municípios e a péssima distribuição das rendas, mas também a falta de um planejamento para o fortalecimento econômico do Município, pelos prefeitos".

Para o prefeito de Boa Esperança "a falta de um plano de trabalho, cujos elementos deverão ser levantados pelas lideranças de cada comunidade, que conhecem *in loco* as dificuldades enfrentadas, as riquezas a serem exploradas e os meios de explorá-las, as culturas que se adaptam à região, o clima, os usos e costumes é que dificultam um bom planejamento municipal. Este plano em conjunto vem corrigir as oscilações econômicas do Município e dá uma melhor canalização aos recursos a serem empregados".

EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS

Segundo demonstrou, "há também a necessidade do governo extinguir os órgãos com finalidades paralelas, nas áreas Federal e Estadual, mantendo apenas um de cada especialidade para trabalharem em conjunto e prestar um melhor atendimento à população, atingindo o homem e sua real necessidade".

— Quanto à conscientização dos municípios — prossegue — é questão de suma importância. Deve o dirigente Municipal conscientizar o povo a dar maior apoio aos produtos vendidos no Município, para que comprem fora somente o que não existe no local, pois, se comprarmos fora, levaremos nosso dinheiro para circular em outro Município, lá deixando também nosso ICM.

De acordo com o prefeito de Boa Esperança "também os depósitos em bancos deverão ter prioridade nas agências do Município, mesmo os que estão em cadernetas de poupança, pois o banco do Estado já pode oferecer este serviço em todas as cidades capixabas onde mantêm agências. Assim, conscientizando o homem, poderemos desenvolver um trabalho melhor e em conjunto".

Ao final de sua exposição Covre exorta os prefeitos a acionarem os deputados à Câmara Federal, "para podermos ver aprovado o projeto do deputado Antônio Russo, que eleva de 20 para 30% a participação dos municípios no ICM".